

clara e evidente entre as actividades e os objectivos fixados para o período experimental.

3 — O relatório de actividades mencionado no número anterior é avaliado por 2 Professores Catedráticos ou 2 Professores Coordenadores, da mesma área disciplinar do docente em período experimental, nomeados de acordo com o artigo 21.º ou do artigo 53.º do “Regulamento de Recrutamento, Selecção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira”, respectivamente;

4 — Os Professores Associados, Catedráticos, Coordenadores ou Coordenadores Principais elaboram um projecto académico que, de acordo com o perfil estabelecido no momento da sua contratação, deve integrar e conjugar actividades das diferentes componentes do serviço docente.

5 — O projecto académico mencionado no número anterior é avaliado por dois Professores Catedráticos ou por dois Professores Coordenadores nomeados de acordo com o artigo 21.º ou do artigo 53.º do “Regulamento de Recrutamento, Selecção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira”, respectivamente, e, sempre que possível, os Professores acima mencionados são nomeados de entre os vogais pertencentes ao júri que interveio no processo de selecção e contratação do docente em questão.

#### Artigo 9.º

##### Ponderação e expressão da avaliação

1 — A avaliação final, implementada pelo Presidente do Centro de Competência, numa escala numérica compreendida entre 0 e 100, é o resultado da soma dos valores, para cada uma das componentes mencionadas nos números seguintes.

2 — As pontuações dos diferentes elementos/dimensões de avaliação são expressas, quando possível, até às centésimas das unidades, e a avaliação final é arredondada às unidades.

3 — O resultado da avaliação no final do período experimental dos Professores Auxiliares ou Adjuntos resulta da combinação dos diferentes elementos/dimensões de acordo com a seguinte ponderação:

- a) 40% para o resultado da última avaliação de desempenho;
- b) 30% para o relatório de actividades;
- c) 30% para a avaliação do quadro de objectivos que é processada pelo Presidente do Centro de Competência.

4 — O resultado da avaliação no final do período experimental dos Professores Associados, Catedráticos, Coordenadores ou Coordenadores Principais resulta da combinação dos diferentes elementos/dimensões de acordo com a seguinte ponderação:

- a) 5% para a avaliação do quadro de objectivos que é implementada pelo Presidente do Centro de Competência;
- b) 40% para o projecto académico;
- c) 15% para os resultados dos inquéritos aos alunos que frequentaram as unidades curriculares leccionadas pelo docente em período experimental.

5 — O resultado da avaliação é comunicado pelo Presidente do Centro de Competência, por escrito, ao avaliado antes de vencido o prazo fixado pelo n.º 2 do artigo 3.º

6 — A partir da data da comunicação oficial dos resultados, o avaliado pode, no prazo de 10 dias úteis, apresentar recurso por escrito, dirigido ao conselho científico do Centro de Competência, com indicação dos fundamentos que julgue susceptíveis de alterar a avaliação atribuída.

7 — A avaliação resultante da decisão do conselho científico, sobre o recurso apresentado, que deve ser comunicada ao avaliado no prazo máximo de 10 dias, a contar da entrega do recurso, é definitiva.

#### Artigo 10.º

##### Decisão final

1 — A decisão sobre o efeito da avaliação no término do período experimental, nomeadamente quanto às situações referidas no n.º 2 do artigo 2.º, é tomada pelo conselho científico do Centro de Competência ao qual está adstrito o docente, por uma maioria definida de acordo com:

- a) O artigo 19.º do ECDU, nos casos dos professores Associados ou Catedráticos;
- b) O artigo 25.º do ECDU, nos casos dos professores Auxiliares;
- c) O artigo 10.º do ECPDESP, nos casos dos professores Coordenadores e Coordenadores Principais;
- d) O artigo 10.º-B do ECPDESP, nos casos dos professores Adjuntos.

2 — A decisão é remetida ao Reitor para homologação.

3 — A decisão final, homologada pelo Reitor, é comunicada ao titular do interesse pelo Presidente do Centro de Competência numa entrevista pessoal, da qual deve constar registo subscrito pelos intervenientes.

#### Artigo 11.º

##### Recurso hierárquico

A partir da data da comunicação oficial da decisão final, o avaliado pode, no prazo de 10 dias, apresentar recurso por escrito, dirigido ao Reitor, com indicação dos fundamentos que julgue susceptíveis de alterar a referida decisão.

### CAPÍTULO III

#### Disposições Finais

#### Artigo 12.º

##### Normas transitórias

Aos docentes cujo período experimental teve início antes de 1 de Setembro de 2009 aplica-se

a) No que se refere à avaliação, as normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a redacção em vigor a 31 de Agosto de 2009, no caso dos docentes do ensino superior universitário, ou no Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com a redacção em vigor a 31 de Agosto de 2009, no caso dos docentes do ensino superior politécnico.

b) No que se refere à decisão final sobre o resultado da avaliação no término do período experimental, o estabelecido no artigo 9.º do presente regulamento.

#### Artigo 13.º

##### Legislação subsidiária

No que não estiver previsto no presente regulamento, no ECDU ou no ECPDESP, aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto na:

- a) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro;
- b) Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

#### Artigo 14.º

##### Disposições finais e entrada em vigor

1 — Os casos omissos do presente regulamento, e da demais legislação aplicável, são resolvidos por despacho do Reitor.

2 — O presente regulamento entra em vigor no dia a seguir ao da sua publicação.

Universidade da Madeira, 28 de Abril de 2010. — O Reitor, (*Professor Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa*).

203318987

#### Regulamento n.º 511/2010

##### Regulamento de Alteração de Posicionamento Remuneratório resultante da Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade da Madeira

#### Preâmbulo

O desenvolvimento da carreira dos docentes faz-se, além da alteração de categoria que decorre geralmente por concurso, por mudança de posicionamento remuneratório para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que o trabalhador se encontra. O artigo 74.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009 (ECDU) e artigo 35.º-A do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, republicado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009 (ECPDESP), ambos de 31 de Agosto, possibilitam às Instituições de Ensino Superior a regulamentação da avaliação de desempenho dos docentes. O resultado desta avaliação, de acordo com o n.º 2 do artigo 74.º-B do ECDU e o n.º 2 do artigo 35.º-B do ECPDESP, pode produzir uma alteração do posicionamento remuneratório a regulamentar, por cada Instituição de Ensino Superior, de acordo com artigo 74.º-C do ECDU e artigo 35.º-C do ECPDESP. Neste contexto, estabelecem-se neste regulamento os princípios e as regras para a alteração do posicionamento remuneratório dos docentes da Universidade da Madeira.

Foram ouvidas as estruturas sindicais representativas e a Comissão Académica do Senado da Universidade da Madeira

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

O presente regulamento aplica-se a todos os docentes, com vínculo contratual com a Universidade da Madeira, em exercício de funções,

independentemente da sua carreira ou categoria, cujo desempenho, referido às funções docentes, tenha sido classificado em pelo menos dois períodos de avaliação.

#### Artigo 2.º

##### Definição e efeitos

1 — A alteração do posicionamento remuneratório opera por mudança para a posição remuneratória imediatamente superior àquela em que o docente se encontra, tendo por limite a posição remuneratória máxima da correspondente categoria e carreira.

2 — A alteração do posicionamento remuneratório produz efeitos no primeiro dia do ano seguinte ao qual foram alcançados os requisitos necessários para a sua efectivação, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º

#### Artigo 3.º

##### Classificação para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório

Para efeitos de alteração do posicionamento remuneratório, às classificações qualitativas mencionadas no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes é atribuído o seguinte valor:

- a. Excelente — 3 (três) pontos por ano;
- b. Muito Bom — 2 (dois) pontos por ano;
- c. Bom — 1 (um) ponto por ano;
- d. Adequado — 0 (zero) pontos por ano;
- e. Inadequado — -1 (menos um) ponto por ano.

#### Artigo 4.º

##### Requisitos e contagens

1 — A alteração do posicionamento remuneratório, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, está condicionada ao cumprimento, cumulativo, das seguintes condições:

- a. Obtenção de uma pontuação mínima de 10 pontos;
- b. Cabimento no montante máximo dos encargos fixados para alterações de posicionamento remuneratório, previamente estabelecido por despacho do Reitor.

2 — Quando não for possível proceder à alteração do posicionamento remuneratório, os pontos acumulam para novos períodos de avaliação.

3 — Após a ocorrência da alteração de posicionamento remuneratório, por motivo de avaliação de desempenho, a contagem das menções máximas e dos pontos é reinicializada a zero.

#### Artigo 5.º

##### Alteração obrigatória de posicionamento remuneratório

Ocorre uma alteração obrigatória de posicionamento remuneratório quando um docente obtenha duas menções máximas durante um período de seis anos consecutivos.

#### Artigo 6.º

##### Alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária

1 — Após a publicação em cada ano económico do despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e do Ensino Superior, fixando o montante máximo dos encargos financeiros que em cada ano pode ser afectado à alteração do posicionamento remuneratório, o Reitor fixa, mediante despacho, o montante global de encargos a suportar por alteração de posicionamento remuneratório dos docentes.

2 — Os docentes a quem não seja aplicável o disposto no artigo anterior, podem beneficiar de uma alteração de posicionamento remuneratório para posição imediatamente superior àquela em que se encontram, nos termos definidos nos números seguintes, quando não se ultrapasse o montante fixado no despacho do Reitor.

3 — O disposto no número anterior só é aplicável aos docentes que cumprem os requisitos definidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º

4 — Determinados os docentes que cumprem o disposto no número anterior, estes são ordenados, numa lista, pelo número de pontos acumulados, calculados nos termos do artigo 3.º

5 — Os docentes beneficiam de alteração de posicionamento remuneratório, um de cada vez e por ordem decrescente da lista referida no número anterior, até que o montante acumulado de encargos a suportar por alteração de posicionamento remuneratório dos membros da lista ultrapasse o montante global fixado no despacho do Reitor.

6 — Quando, para efeitos do número anterior, for necessário proceder ao desempate entre docentes que tenham o mesmo número de pontos acumulados, releva consecutivamente o somatório da classificação numérica obtida nos últimos dois períodos de avaliação, nos termos do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade da Madeira, a antiguidade na respectiva posição remuneratória, o tempo de serviço na categoria e o tempo no exercício de funções públicas.

#### Artigo 7.º

##### Legislação subsidiária

No que não estiver previsto no presente regulamento, no ECDU ou no ECPDESP, aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto:

- a) Na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;
- b) Na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
- c) Na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

#### Artigo 8.º

##### Disposições finais

1 — Os casos omissos do presente regulamento, e da demais legislação aplicável, são resolvidos por despacho do Reitor.

2 — O presente regulamento pode ser objecto de revisão decorridos pelo menos três anos, a contar da data da sua aprovação.

Universidade da Madeira, 28 de Abril de 2010. — O Reitor, *Professor Doutor José Manuel Castanheira da Costa*.

203319026

## UNIVERSIDADE DO MINHO

### Despacho (extracto) n.º 9600/2010

Por despacho de 29.03.2010, do Reitor da Universidade do Minho:

Doutora Joana Cecília Valente de Rodrigues Azeredo — Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em regime de *tenure*, na categoria de Professora Associada do grupo disciplinar de Engenharia Química e Biológica, do mapa de pessoal da Universidade do Minho, na sequência de procedimento concursal, com efeitos a partir do despacho autorizador, com direito à remuneração correspondente ao índice 230, escalão 2 do Estatuto Remuneratório do Pessoal Docente Universitário. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

Universidade do Minho, 27 de Maio de 2010. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

203317999

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

### Reitoria

#### Edital n.º 577/2010

I — De acordo com o Despacho do Senhor Reitor n.º 26460/2009, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 235 de 4 de Dezembro de 2009, e nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31/08/2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de catorze de Abril de dois mil e dez, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no D. R., para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Associado na Área Disciplinar de Electrónica de Sistemas Analógicos da Área Científica de Engenharia Electrotécnica (domínios principais: Circuitos de Banda de Base, Filtros e Conversores de Sinal) da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade.

O presente concurso é documental, tem carácter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto.

II — Em conformidade com o que determina o art.º 41.º do aludido Estatuto, é requisito para a candidatura ao concurso acima identificado:

Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos.

III — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, por